

## **Território e desenvolvimento regional em Mato Grosso – 1960/2000**

Territory and regional development in Mato Grosso-1960/2000

Territorio y desarrollo regional en Mato Grosso – 1960/2000

**Carlo Eugênio Nogueira**

Universidade Federal do Espírito Santo

[carleugenio@gmail.com](mailto:carleugenio@gmail.com)

**Manoel Messias de Freitas**

Rede Estadual de Ensino na cidade de Rondonópolis/MT

[mfreitas.freitas38@gmail.com](mailto:mfreitas.freitas38@gmail.com)

**Moisés Silva Pereira**

Rede Estadual de Ensino na cidade de Rondonópolis/MT

[moisesmmm@hotmail.com](mailto:moisesmmm@hotmail.com)

### **Resumo**

Este texto apresenta alguns resultados de dois estudos de caso derivados do projeto de pesquisa “Geografia Histórica e Formação Territorial em Mato Grosso – Século XX”, desenvolvido entre 2014 e 2017 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário de Rondonópolis. O objetivo do projeto foi o de efetuar uma avaliação do processo de formação territorial de Mato Grosso ao longo do século XX, analisando as alterações ocorridas na geografia material do estado a partir de uma visão retrospectiva centrada no território. Nos casos em tela, apresenta-se primeiramente um estudo acerca dos polos de desenvolvimento implantados no norte de Mato Grosso no contexto da política de integração nacional, vigente na década de 1970. Em detalhe, discute-se de que modo a materialização de determinadas ações vislumbradas para a região ao longo do regime militar deu origem a certas tendências de apropriação e transformação do espaço que, posteriormente, foram bem sucedidas em imprimir um relativo padrão na configuração territorial da porção setentrional de Mato Grosso. Ao final, coloca-se em debate uma pesquisa que buscou avaliar qual é a relação existente entre a expansão continuada da agricultura e da pecuária praticada em larga escala, o processo de urbanização que acompanha essa expansão e a distribuição espacial de algumas doenças em Mato Grosso. A hipótese geral pontuava uma provável correlação entre a alta incidência de alguns tipos de cânceres, o aumento da área plantada e o crescimento da produção agrícola no território mato-grossense.

**Palavras-chave:** Formação Territorial. Mato Grosso. Desenvolvimento Regional.

### **Abstract**

This paper presents some of the results of the research project "Historical Geography and Territorial Formation in Mato Grosso – 20<sup>th</sup> Century", developed between 2014 and 2017 within the scope of the Postgraduate Program in Geography of the Federal University of Mato Grosso - Campus Rondonópolis. The objective of the project was to carry out an evaluation of the process of territorial formation of Mato Grosso throughout the 20th century, analyzing the changes occurred in the material geography of the state from a retrospective view focused on the territory. In the cases

under assesment, it's been firstly presented a study on the development poles implemented in the north of Mato Grosso in the context of the national integration policy during the 1970s. In detail, it's been discussed how the materialization of certain actions meant for the region during the military regime brought about certain trends of appropriation and transformation of the space that, later on, were successful in setting a relative standard in the territorial configuration of the northern part of Mato Grosso State. At the end, we discuss a research method which seeks to evaluate the relationship between the continued expansion of agriculture and large-scale livestock farming, the urbanization process that comes along with this expansion, and the spatial distribution of some diseases in Mato Grosso. The general hypothesis leaned to a probable correlation between the increase in cancer cases, the increase in planted area and the growth of agricultural production in the territory of Mato Grosso.

**Key words:** Territorial Formation. Mato Grosso. Regional Development.

### **Resumen**

Este texto presenta algunos resultados de dos estudios de caso derivados del proyecto de investigación "Geografía Histórica y Formación Territorial en Mato Grosso - Siglo XX", desarrollado entre 2014 y 2017 en el Programa de Postgrado en Geografía de la Universidad Federal de Mato Grosso - Campus Universitario de Rondonópolis. El objetivo del proyecto fue efectuar una evaluación del proceso de formación territorial de Mato Grosso a lo largo del siglo XX, analizando las alteraciones ocurridas en la geografía material del estado a partir de una visión retrospectiva centrada en el territorio. En los casos en evaluación, se presenta primero un estudio sobre los polos de desarrollo implantados en el norte de Mato Grosso en el contexto de la política de integración nacional, vigente en la década de 1970. En detalle, se discute de qué modo la materialización de determinadas acciones vislumbradas para la región durante el régimen militar dio origen a ciertas tendencias de apropiación y transformación del espacio que posteriormente tuvieron éxito en imprimir un relativo patrón en la configuración territorial de la porción septentrional de Mato Grosso. Al final, se pone en discusión una investigación que buscó evaluar cuál es la relación existente entre la expansión continuada de la agricultura y de la ganadería practicada a gran escala, el proceso de urbanización que acompaña esa expansión y la distribución espacial de algunas enfermedades en Mato Grosso. La hipótesis general señala una probable correlación entre el aumento de los casos de algunos tipos de cáncer, el aumento del área plantada y el crecimiento de la producción agrícola en el territorio mato-grossense.

**Palabras clave:** Formación Territorial. Mato Grosso. Desarrollo Regional.

### **Introdução**

Nas pesquisas desenvolvidas no escopo do projeto mais amplo ao qual esse texto está atrelado, o processo de produção do espaço mato-grossense vem sendo avaliado a partir de três marcos cronológicos de notória importância histórica para o estado. Por isso, valeria expor com clareza a periodização proposta, uma vez que os trabalhos individuais desdobrados do projeto inicial debruçaram-se exatamente nestes intervalos temporais, definidos anteriormente por sua representatividade para a compreensão do processo de formação territorial em Mato Grosso.

O primeiro momento seria o período de 1900 a 1930, que corresponde, grosso modo, à duração oficial da Comissão Rondon. Nesse intervalo temporal, a imagem da região como um sertão distante a ser conquistado pela ciência e pela técnica, tal um enfermo que deveria ser curado pelo progresso (LENHARO, 1982; LIMA, 1999), embasaria a mentalidade dos principais artífices das ações que alteraram a estrutura sócio-espacial de Mato Grosso, formando o caldo cultural no qual foram gestadas algumas tentativas de apropriação do espaço regional dentro de uma ordem bem ou mal já capitalista.

O segundo período diz respeito às décadas de 1930 a 1960, no qual se sobressaem os dois termos de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954) e o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Essa época foi indelevelmente marcada pela elaboração de políticas territoriais oficiais de grande alcance, como a “Marcha para o oeste” e a campanha para a interiorização da capital, que culminou na construção de Brasília. O desenrolar de tais políticas territoriais deu o estopim para o início de uma nova etapa do processo de ocupação em Mato Grosso, com a estruturação de projetos oficiais de colonização que contaram com o apoio dos governos federal e estadual.

De modo geral, não seria equivocado afirmar que boa parte das políticas territoriais que alteraram a configuração territorial do país nesse período fazia uso intenso de influentes ideologias geográficas (BESSA, 1995; DINZIZ FILHO, 1994; MORAES, 1988). No que nos interessa mais detalhadamente, nota-se que as ações que intentavam dar um novo conteúdo ao espaço regional mato-grossense conferiam novos significados às noções de sertão e fronteira para defender a construção de estradas e a implantação de projetos de colonização, fixos fixados no território como veículos da difusão do capitalismo no espaço (SANTOS, 2002).

Em outras palavras, o sertão e a fronteira, enquanto signos integrados a específicas ideologias geográficas, surgem como concepções politicamente orientadas do espaço que tomam parte na legitimação de um discurso de modernização regional, que passa a ser construído exatamente a partir da implantação dessas próteses territoriais fixadas no território como estruturas facilitadoras da fluidez do território e de sua dominação pelo capital.

Por fim, chega-se ao intervalo de 1960 a 2000, anos marcados decisivamente pela ótica integracionista das políticas territoriais do regime militar (1964-1985), com seu discurso geopolítico sobre a necessidade de colonização e ocupação produtiva dos “espaços vazios”. Mesmo levando em conta a estrutura do espaço construído herdado em épocas anteriores, é nesses anos que a atual configuração territorial do estado vai tomando forma.

Como pano de fundo, a consolidação de um novo padrão demográfico e migratório, a divisão política do estado, que resultou na criação do Mato Grosso do Sul, em 1977, e a reestruturação produtiva engendrada pela globalização, com a abertura de extensos pastos e campos

de cultivo, principalmente de soja e algodão, repõem o tema das frentes pioneiras e das fronteiras em movimento (MARTINS, 1997; VELHO, 1979) como variáveis importantes na explicação do desenvolvimento geograficamente desigual (HARVEY, 2005; SMITH, 2008) experimentado pelo país ao decorrer do século XX.

No caso, a aceleração contemporânea (NASCIMENTO, 1997) e o processo de fragmentação do espaço, que se tornam mais agudos com as alterações trazidas na esteira da introdução do modo capitalista de produzir na agricultura (OLIVEIRA, 1996), impõem-se como fundamentos da nova realidade a ser debatida no final de século, visto que fazem referência à tendência de desenvolvimento do capitalismo financeiro que vai questionar os alicerces da soberania dos Estados nacionais.

Como resultado, imensas áreas do Brasil e de Mato Grosso são colocadas sob o comando de agentes decisórios exógenos, como as empresas multinacionais, os bancos e outros atores mundiais, que são os responsáveis, ao fim e ao cabo, por emitir os estímulos e ordens que vão tornando porosas as fronteiras, porquanto os fluxos que atualmente comandam o processo de configuração do território mato-grossense prescindem de uma relação de contiguidade com as áreas que hegemonizam.

Como ponto de partida para o início dos trabalhos de pesquisa derivados do projeto inicial, enfatizou-se a conjuntura específica na qual foram tecidas as principais linhas de desenvolvimento e organização do espaço em cada um dos recortes temporais trabalhados. Nessa direção, em que pese a diversidade dos temas de que tratam as pesquisas individuais de cada um dos integrantes do projeto, há em comum uma preocupação compartilhada com a elucidação de diferentes momentos do processo de formação territorial de Mato Grosso que fundamenta e une cada um dos estudos.

Nas próximas linhas, ver-se-á os resultados de estudos dedicados ao período de 1960 a 2000. Por meio de um levantamento de dados que por vezes adentrou o século XXI, construíram-se interpretações que buscaram examinar em que medida algumas ideologias geográficas que concebiam o espaço mato-grossense como um sertão vazio, uma fronteira distante marcada pelo despovoamento e pelo isolamento, podem ter tomado corpo nas ações de efetiva modificação da configuração territorial do estado, informando as políticas territoriais que iriam comandar o processo de produção do espaço a partir dessas premissas.

### **A formação territorial em Mato Grosso**

De início, seria interessante esclarecer de que maneira o processo de expansão territorial do povoamento ocorrido nas terras pertencentes à atual região Centro-Oeste foi equacionado neste trabalho. A forma como se processou a ocupação do território brasileiro promoveu, historicamente,

diferentes regionalizações, com distintos ritmos de crescimento econômico. Nos primeiros séculos de colonização, após a consolidação da estrutura produtiva ligada ao complexo canavieiro, as áreas litorâneas afirmam-se como o *locus* dos principais núcleos fixos de ocupação. Essa situação pouco se alterou nos séculos seguintes. Na verdade, mesmo após o período chamado de substituição de importações, já no século XX, momento em que o Brasil passa a desenvolver uma atividade industrial endógena, percebe-se que a ocupação do território ainda concentrava a população e as estruturas produtivas nas regiões litorâneas.

Nesse sentido, as áreas interiores do país, como o Mato Grosso e a Amazônia, ficaram relativamente isoladas do processo de expansão das atividades econômicas que então ocorria no Centro-Sul. Assim, até meados do século XX, o Brasil estruturou-se, do ponto de vista da integração do território, como um arquipélago, isto é, suas regiões funcionavam como pontos isolados que não haviam desenvolvido nexos de complementaridade territorial entre si.

Pode-se dizer então que, dentro da divisão territorial do trabalho engendrada no país, o Mato Grosso aparecia como um fundo territorial (MORAES, 2002). Isso quer dizer que, por um grande intervalo temporal, suas terras podiam ser qualificadas como uma área de reserva para a expansão futura das atividades produtivas e o povoamento:

Um crescimento demográfico moderado, mas ininterrupto, permitiu tal combinação de adensamento e concentração nas áreas já ocupadas com o avanço da ocupação sobre os fundos territoriais ainda extensos. Ativas frentes pioneiras adentraram no último quartel do século passado nos espaços ainda pouco explorados do Centro Oeste e da Amazônia (...). A existência de fronteiras em movimento contemporâneas bem demonstra que o processo de conquista territorial no Brasil permanece inconcluso, no sentido do território usado ainda não abarcar integralmente o espaço de exercício da soberania estatal. Tal fato exprime uma importante particularidade geográfica brasileira no mundo atual (MORAES, 2011, p 119-120).

Ao longo do século XX, um dos principais instrumentos utilizados para a ocupação, colonização e relativa integração de Mato Grosso foi a política de construção de estradas. Inicialmente, o surgimento das estradas esteve vinculado a duas iniciativas controladas diretamente pelo poder central: as Comissões de Construção das Linhas Telegráficas, que contaram com a destacada participação do engenheiro militar Cândido Rondon (MACIEL, 1998), e, pouco depois, a Fundação Brasil Central. Já nos anos de 1960, ao longo do período militar, os eixos rodoviários, criados a partir de desígnios geopolíticos, deram origem aos principais troncos rodoviários da região, como a BR-070 (Cuiabá/Brasília), a BR-163 (Cuiabá/Santarém) e a BR-364 (Cuiabá/Porto Velho).

Essas rodovias foram importantes do ponto de vista estratégico, pois consolidaram as ligações terrestres de Mato Grosso com o restante do país. Associados aos vários programas governamentais, tais caminhos asseguraram de forma concreta a ocupação sistemática dessa região pelo capital. Essa

questão é comentada por Margarit (2013), que destaca o papel do grande avanço das rodovias no interior do país no movimento de consolidação do mercado nacional. As rodovias, eleitas como o modal prioritário no projeto de desenvolvimento nacional, integraram o Mato Grosso ao espaço econômico brasileiro, uma vez que fundamentam a expansão do agronegócio (HUERTAS, 2010; 2013). No entanto, devemos mencionar a participação de outras vias de comunicação nesse longo processo de formação do território mato-grossense, como as ferrovias, na área hoje pertencente ao Mato Grosso do Sul, e os rios, as grandes artérias de integração da região desde as Monções bandeirantes (HOLANDA, 1990).

Entre 1950 e 1970, na porção sul do estado (hoje Mato Grosso do Sul), com a introdução de práticas agrícolas mais modernas e o início do aproveitamento do cerrado para as culturas de soja, arroz e até mesmo do trigo, significativas alterações ocorreram na configuração territorial de Mato Grosso. Com a intensificação da prática da pecuária intensiva de corte, deduz-se que estava a ocorrer uma reorganização da agricultura brasileira que acompanhava o avanço da fronteira agrícola. Tendo em vista que essas modificações do território foram catalisadas por programas oficiais de colonização, pode-se mesmo afirmar que tal processo estava atrelado às ações de planejamento do Governo Federal (ABREU, 2001; HIGA e MORENO, 2005).

Na verdade, no início do século XX, observa-se um incremento de obras de infraestrutura na parte sul de Mato Grosso, com a criação de ferrovias que objetivavam estabelecer uma ligação direta entre Mato Grosso e São Paulo. Com a expansão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na esteira do processo de expansão das lavouras paulistas e paranaenses de café e algodão (MONBEIG, 1952), Campo Grande se consolidou como centro responsável pela alocação e transporte de gado do interior de Mato Grosso para os frigoríficos de São Paulo.

No que se refere à introdução dessas ferrovias em Mato Grosso, pode-se perceber que tal ação não obedecia exclusivamente a interesses econômicos, uma vez que a construção de ferrovias fazia parte de uma estratégia que tinha como objetivo a ocupação sistemática das fronteiras do país, principalmente nas cercanias do rio Paraguai, que era uma importante via de acesso a Mato Grosso. Por se tratar de um rio internacional, considerava-se que o Paraguai e seus afluentes poderiam ser utilizados como porta de entrada para ações de forças estrangeiras.

Um exemplo desse movimento de “nacionalização das fronteiras” foi a mudança de comportamento a respeito da Cia. Mate Laranjeira, cuja presença passou a ser vista com ressalvas a partir dos anos de 1930. Com a escalada bélica na Europa, então às portas de outro conflito mundial, era comum o juízo de que nas fronteiras meridionais de Mato Grosso havia uma excessiva presença de estrangeiros. Como resposta do governo, foi planejada, em 1943, a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) (LENHARO, 1986). Na mesma época, foi

iniciada a construção do ramal ferroviário de Ponta Porã, que ligaria a linha tronco da Noroeste às fronteiras com o Paraguai, ação estratégica já esboçada nos planos governamentais para o Mato Grosso desde os tempos de Rondon.

Com essas ações, o governo federal desdobrava-se num esforço de nacionalização das extensas fronteiras de Mato Grosso, desde a Bolívia até o Paraguai. Pode-se destacar como consequência direta dessa política o indeferimento do processo de renovação do contrato de arrendamento das áreas ervateiras da Companhia Mate Laranjeira, uma vez que setores relevantes do governo Vargas: “identificaram, na forte presença da Companhia Mate Laranjeira, que mantinha, ademais, fortes vínculos com a economia argentina, um empecilho ao incremento do povoamento da região por contingentes nacionais” (QUEIROZ, 2004, p 30).

Outra importante ação do Governo no intuito de fiscalizar as fronteiras ao sul do estado foi a criação, também em 1943, do Território Federal de Ponta Porã. Esse território ocupava a porção do extremo sul do Mato Grosso, na fronteira com o Paraguai, em área de antiga concessão da Companhia Mate Laranjeira. A criação dessa nova unidade da federação em uma área fronteira que estava em disputa fazia parte do projeto de Vargas de consolidar a soberania do Estado brasileiro em suas áreas limdeiras, uma vez que a organização do território federal pressupunha o controle e fiscalização direta da União (CARLI, 2005).

Pelo dito, vê-se que desde a década de 1940 foram articuladas ações que intentavam explorar de forma sistematizada as terras de Mato Grosso. Uma vez que boa parte dessas ações foi dirigida por um esforço estatal, não é de todo errado apontarmos a continuidade histórica de certas posições a respeito da integração das terras que hoje formam o Mato Grosso. Nesse sentido, a partir da década de 1970, com a Política de Planejamento Regional e a criação dos polos de desenvolvimento, a proteção das fronteiras e certa visão militarizada do espaço continuam sendo fatores importantes na análise da elaboração das políticas territoriais que conferiram um direcionamento ao processo de produção do espaço em Mato Grosso.

Essas políticas territoriais, que expressam o caráter intervencionista do Estado para criar condições de expor essa parte do país aos desígnios do capital, forneceram as condições para que uma colonização dirigida de terras efetivamente tomasse corpo. O reflexo imediatista dessa política em Mato Grosso foi a implantação dos polos de desenvolvimento em pontos considerados estratégicos pelo regime militar, os quais foram servidos de serviços básicos de infraestrutura logística e vantagens competitivas para atrair os investimentos, o que acabou por inserir a Amazônia na órbita de uma agricultura capitalista globalizada (SILVA, 2015).

Do ponto de vista da divisão territorial do trabalho, Mato Grosso passa então a ser visto e compreendido como uma fronteira de oportunidades do capital. Para se aproveitar dessa condição,

foi elaborado um conjunto de atividades que intencionalmente buscavam comandar o processo de produção do espaço em áreas definidas como prioritárias para o desenvolvimento regional em Mato Grosso. Assim, colocou-se o estado no circuito do processo de reprodução ampliada do capital pela ocupação e exploração de seus recursos naturais.

Os estudos de Bertha Becker (1990; 2006) a respeito da apropriação do espaço amazônico mostram que, entre os anos de 1968 e 1974, o governo brasileiro, visando completar a apropriação material e controlar efetivamente seu território interiorano, mais precisamente a Amazônia Legal: “impõe uma malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação” (BECKER, 2006, p 26). Nesse caso, sublinha-se a ótica geopolítica presente no processo de apropriação do território, uma vez que a materialização das ações planejadas não se afastava dos critérios estratégicos então colocados pelos ideólogos do regime.

A crescente emancipação de municípios registrada na porção norte de Mato Grosso nesse período, assim como o aumento populacional e de todos os indicadores socioeconômicos, foram resultantes dessa política de Estado (AUTOR, 2016). O incentivo dado para a consolidação de certos fluxos migratórios, com a conseqüente formação de um mercado de trabalho na região, mudou o padrão demográfico do estado. Foram também estruturadas redes de circulação (ferrovias e rodovias), redes de telecomunicações e criados subsídios para a dinamização dos fluxos de capitais através de incentivos fiscais e programas de créditos a juros baixos. A consolidação desse conjunto de redes técnicas é destacada por Lia Osório Machado:

Investimentos públicos foram dirigidos para a construção de estradas pioneiras (12 mil km em 5 anos), para a rede de telecomunicações (sistema de comunicação em micro-ondas de 5.100 km em 3 anos), e à rede de distribuição de energia elétrica associadas às usinas hidrelétricas de grande e médio porte. Foi criado também um programa de levantamento por radar de recursos naturais (Projeto RADAM – 1971), responsável pela cobertura de cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados da região e áreas contíguas. Na década de 1980, foi também implantado um sistema de análise de imagens multiespectrais de satélite, captadas por estação rastreadora em Cuiabá (MACHADO, 2002, p 194).

Os programas e projetos promovidos pelas políticas territoriais concernentes à Amazônia Legal representam uma pequena parte de um projeto mais abrangente, que revela a relação entre o planejamento regional e a integração política e econômica dos sertões mato-grossenses, concebidos como espaços vazios, uma fronteira distante apartada do restante do território. Em suma, visto que o processo de formação territorial do Mato Grosso pode ser estudado a partir de uma análise de seu povoamento e colonização, conviria dizer que, num plano universal, o processo de apropriação e transformação da superfície terrestre se dá, mediado pelo trabalho humano, através de uma progressiva incorporação de valor ao solo.



Dito de outro modo, como a colonização pode ser entendida como um movimento de expansão territorial marcado pela conquista, domínio e exploração de novas terras por uma sociedade, tal processo seria mais bem identificado com o que se pode denominar como valorização do espaço (COSTA e MORAES, 1986). Dessa maneira, delinea-se uma interpretação que visa equacionar o problema da colonização articulando-o com o tema da difusão geograficamente desigual das variáveis técnicas, uma vez que se colocou no horizonte dessa pesquisa a análise do processo de constituição e organização, em nosso país, de uma renovada infraestrutura de circulação e comunicação que tinha em vistas aperfeiçoar o domínio e o controle estatal sobre o espaço mato-grossense, evento que corre em paralelo ao avanço do capitalismo no território brasileiro ao longo do século XX:

As principais mudanças na economia e no espaço urbano do estado de Mato Grosso aconteceram a partir de 1964, quando a União, sob o comando dos governos militares, através do projeto de Integração Nacional, cujo lema era “Amazônia – integrar para não entregar” promoveu a incorporação da Amazônia ao processo de expansão capitalista transformando-a em fronteira do capital, atendendo aos interesses da burguesia nacional e do capital estrangeiro (CORRÊA, 1987, p. 39).

De fato, o processo acelerado de expansão da soja em Mato Grosso, e as transformações ocorridas na configuração do espaço proveniente dessa expansão, concentram-se em um curto período. Em apenas 10 anos, de 1985 a 1995, a produção aumentou 264%, enquanto a área plantada aumentou 177%. O fato de o crescimento da produção ser maior que o da área plantada aponta para a utilização de modernas técnicas no sistema produtivo. No início dos anos 2000, Mato Grosso já era o segundo maior produtor de soja do país, chegando ao fim da primeira década do século XXI como maior produtor nacional:

Os anos oitenta, para o Oeste brasileiro, e principalmente, para o espaço mato-grossense (já dividido em MS e MT) consubstanciou-se como um período de grandes transformações sócio-espaciais. A SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) implementou o projeto de “venda” da região sob sua jurisdição – a Nova Fronteira e a “Região Solução” – atrelado à ideia de industrialização das matérias-primas regionais produzidas, as agroindústrias, no sentido de exportar produtos semi acabados e não apenas *in natura*. (ABREU, 2001, p.7).

A partir desse ponto de vista, seria importante ressaltar que a geografia material não se reduz apenas à localização dos objetos na superfície da Terra. Ao contrário, essa materialidade socialmente produzida ao longo dos anos pode ser apreciada e identificada com mais propriedade se entendida na acepção daquilo que se pode denominar configuração ou organização territorial (CORRÊA, 1986; SANTOS, 1988). Em sentido amplo, a reconstrução da geografia material do Mato Grosso no período de 1960 a 2000 pode auxiliar na compreensão do papel de algumas políticas territoriais oficiais no processo de formação do território brasileiro:

A partir das décadas de 1960 e 1970, Mato Grosso conheceu significativas mudanças nos meios rural e urbano, em busca da modernização: a implantação dos grandes eixos rodoviários, o aumento da urbanização, expansão agropecuária, mecanização agrícola, desenvolvimento industrial, em especial a agroindústria, avanço do setor de serviços e de informática, desenvolvimento do setor de telecomunicações. Essas transformações foram importantes para dar a Mato Grosso as condições de participar da dinâmica da política econômica mundial atual, estruturada sob a ideologia neoliberal, e a nova ordem capitalista. (HIGA e MORENO, 2005, p.11).

Caso se leve em conta as alterações observadas no processo de produção do espaço em Mato Grosso, o final da década de 1960 aparece como marco do início de um movimento de consolidação de um território com um conteúdo renovado. Ditado pela nova realidade vivida pelo capitalismo como um todo (HARVEY, 1989), esse movimento modifica decisivamente a configuração territorial brasileira e mato-grossense. Vê-se, portanto, que as formas acabam por influenciar o posterior desenvolvimento da sociedade, visto que funcionam como uma espécie de testemunho de um momento do modo de produção, memória que se apresenta como espaço construído, uma vez que as coisas fixadas na paisagem por meio das formas tendem a durar mais que os processos que lhes deram origem (SANTOS, 2002a). Isso ocorre porque as formas espaciais contêm frações do social, podendo ser consideradas verdadeiras formas-conteúdos, que estão constantemente mudando de significação na medida em que a sociedade lhes atribui, em momentos diversos, diferentes porções do todo social (SANTOS, 2002).

### **Desenvolvimento regional e reestruturação do território**

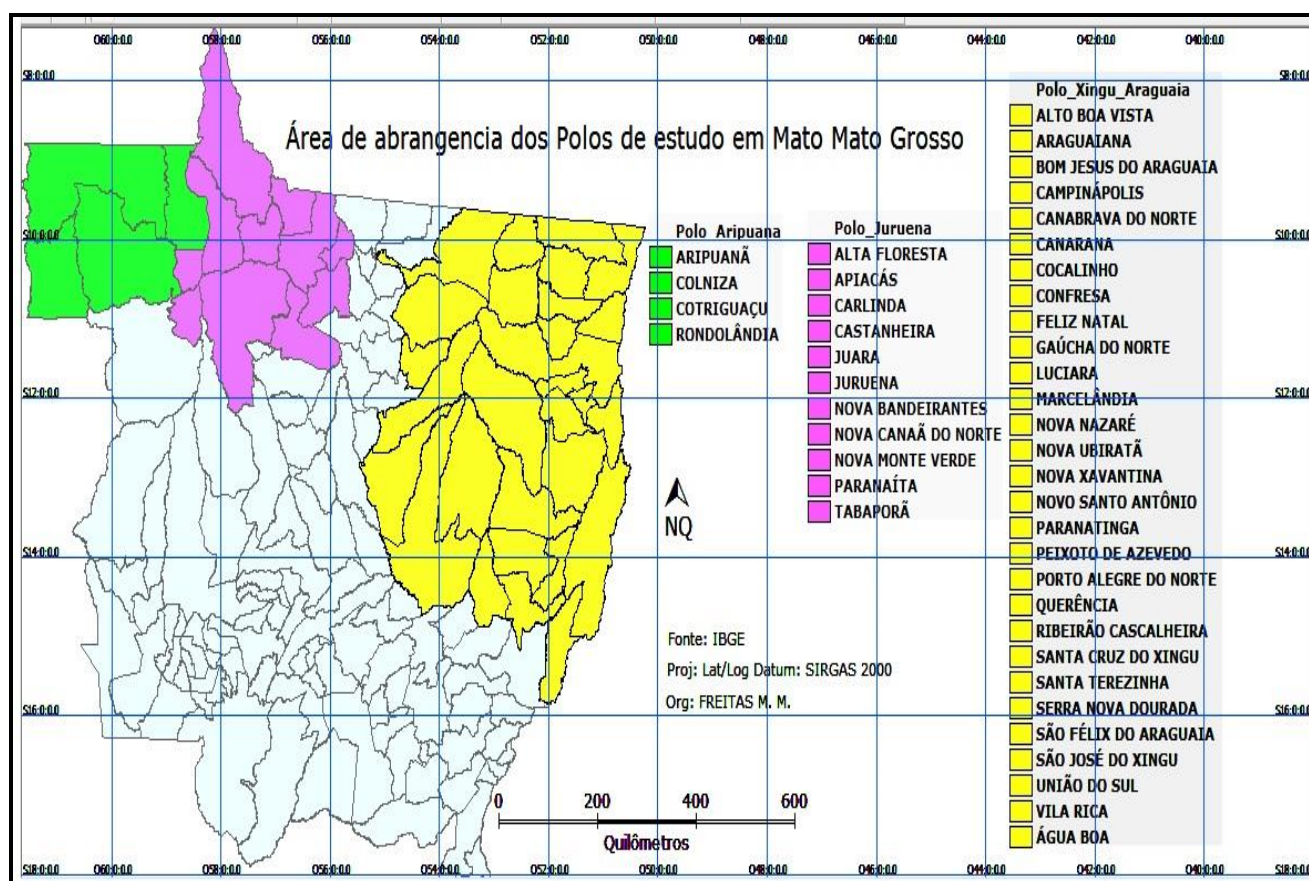
Colocando em perspectiva os trabalhos individuais, vemos que a especificidade dos objetos estudados demandou o detalhamento no período em questão. Na primeira pesquisa finalizada, intitulada...(AUTOR, 2016) dedicou-se ao estudo das transformações ocorridas na configuração territorial de Mato Grosso a partir das ações previstas nos planos de integração nacional, com o estudo de caso de três polos localizados no Norte do estado, o Aripuanã, o Juruena e o Xingu/Araguaia.

A proposta de analisar as transformações ocorridas em Mato Grosso à luz dos planos de integração partiu da compreensão de que estes eram as ferramentas utilizadas pelos órgãos de planejamento para produzir modificações efetivas na configuração territorial do estado. O levantamento, tabulação e tratamento cartográfico dos dados oficiais referentes ao desenvolvimento econômico e demográfico foram efetuados para secundar a hipótese de que os programas e projetos implantados durante o período militar estabeleceram um padrão no processo de produção do território mato-grossense que continuou a vigorar nos anos seguintes. Em outras palavras, indagava-se se os projetos de desenvolvimento regional elaborados num momento histórico específico, o

período do regime militar (1964-1985), foram bem sucedidos em fornecer certo direcionamento ao processo de formação territorial em Mato Grosso, continuando a influenciar o processo de organização do território até no início do século XXI.

Ao coletar os dados disponíveis, verificou-se que os objetivos gerais colocados para a região na década de 1970, quais sejam, de aumento populacional, de expansão da propriedade privada e da acentuação da apropriação produtiva do espaço, que deveria ser explorado e transformado a partir dos ideais de uma suposta racionalidade, foram bem ou mal realizados posteriormente. A pesquisa conseguiu sustentar a afirmação de que as ações de programas governamentais como o PLADESCO (Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste) e o POLOAMAZONIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia Legal) hegemonizaram os fluxos de ocupação dos então chamados “vazios econômicos e demográficos” de Mato Grosso, concorrendo efetivamente para a afirmação da soberania do Estado brasileiro em amplas áreas que, embora se encontrassem formalmente sob sua jurisdição legal, não se encontravam integradas ao espaço econômico do país.

Ao longo de seu trabalho, o autor identificou alguns dos elementos utilizados como estratégia do governo para assegurar a construção de uma nova configuração territorial em Mato Grosso. Na época, a integração do território foi usada como um recurso simbólico para a construção do grande Brasil, com a ocupação da Amazônia tornando-se prioritária. Em outras palavras, as políticas para a integração do território, que visavam à remoção dos obstáculos materiais e ideológicos à expansão capitalista (BECKER, 2001), foram imersas num contexto nacionalista que ligava as ações de apropriação econômica da Amazônia ao exercício da soberania do Estado pela: “Retomada e fortalecimento da ideologia nacionalista de onipresença do Estado sobre o espaço nacional em nome da segurança nacional” (BOMFIM, 2007, p 51-52.).



**MAPA 01 – PÓLOS ARIPUANÃ, JURUENA E XINGU/ARAGUAIA**

As terras do norte de Mato Grosso, e a Amazônia Legal como um todo, estavam assim reservadas à política de desenvolvimento regional baseada nos polos agropecuários e agrominerais. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988) alerta que a criação desses polos tinha uma dupla finalidade: por um lado, permitir ao grande capital nacional e internacional o acesso às riquezas naturais da área, e por outro lado, reorientar os movimentos migratórios internos do Nordeste para a Amazônia, diminuindo a intensidade dos fluxos do Nordeste para o Sudeste.

De forma simples, a discussão encampada pela teoria dos polos de desenvolvimento vislumbra a “polarização da produção econômica no espaço e nas economias externas de aglomeração” (LIMA e SIMÕES, 2009, p.32). Em destaque, considera que o desenvolvimento econômico não ocorre de forma homogênea, sendo particularmente agudas as desigualdades surgidas nos países subdesenvolvidos ou periféricos, como o Brasil. No geral, a argumentação que defendia a implantação dos polos de desenvolvimento estava fundamentada em uma visão desenvolvimentista da economia, que vinculava o crescimento econômico aos investimentos em industrialização e na infraestrutura, com forte intervenção do Estado:

Esse modelo tornou-se hegemônico nos países periféricos, inclusive no Brasil. A intervenção era justificada pela necessidade de promover os pré-requisitos necessários para viabilizar o investimento em áreas deprimidas e em setores de

elevado risco, ou seja, a intervenção auxiliaria a romper o ciclo vicioso das economias periféricas ao estimular economias externas em diversos espaços nacionais e subnacionais (LIMA e SIMÕES, 2009, p. 27).

Para atingir seus objetivos e atender aos interesses do capital nacional e internacional, o Brasil privilegiou os investimentos em grandes projetos em detrimento do desenvolvimento social local (BOMFIM, 2007). Apesar das inadequações presentes na teoria de polarização em relação à realidade dos países subdesenvolvidos, como o caso brasileiro, elas foram aceitas com pouca ou nenhuma resistência por parte do governo, sendo seu emprego até mesmo estimulado pelos burocratas do planejamento estatal (SANTOS, 2003):

Poucos foram os países que levaram tão longe as ideias de Perroux como o Brasil. Sob a perspectiva da acumulação capitalista, a ideologia dos polos de desenvolvimento mostrou-se o modelo mais adequado para a organização do território proposta pelo estado autoritário, uma vez que envolvia a criação de locais privilegiados, capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e mercadorias (EGLER, 2001, p 214).

Para os agentes estatais envolvidos com o planejamento regional em Mato Grosso, tais ações eram justificadas através da necessidade de racionalização dos negócios do Estado. A argumentação em defesa da racionalidade muitas vezes assumia a forma de um recurso discursivo utilizado para legitimar ações e projetos estatais que tinham como pano de fundo o objetivo de beneficiar alguns grupos político-econômicos regionais e nacionais. Isso quer dizer que a propalada racionalização das ações estatais serviria de alicerce para as elaborações programáticas que tinham o objetivo de contribuir para o avanço do capital e para a almejada integração dos chamados espaços vazios ao espaço econômico nacional (ABREU, 2001):

A redefinição de novos espaços econômicos foi orientada pela política de Integração Nacional, a partir da dinamização de setores das economias regionais. A redefinição desses espaços pautou-se na criação dos polos de desenvolvimento concentrando investimentos em determinadas regiões, susceptíveis de crescimento planejado, capazes de alavancar regiões vizinhas sob sua influência. Assim, a atenção do governo federal voltou-se prioritariamente para as regiões periféricas e sua inserção a economia nacional (HIGA e MORENO, 2005, p.37).

Interessante destacar que, se originalmente a teoria dos polos de desenvolvimento foi pensada tendo como força motriz a indústria, no caso aqui em análise, de sua aplicação na porção norte do Mato Grosso, percebe-se que a teoria foi articulada tendo as atividades primárias como elemento central:

Embora Perroux tenha desenvolvido a sua teoria de polarização em função da indústria, o que é uma decorrência do fato de ser a economia moderna comandada pela atividade industrial e do fato de viver e de realizar os seus estudos em um país industrializado (...), ele admite também estender a função motriz a atividades primárias (ANDRADE, 1977, p 61).

O processo de adaptação e sistematização das técnicas de polarização ao contexto do Brasil pode ser apreciado a partir da leitura das contribuições teóricas e metodológicas elaboradas em eventos como o I Seminário sobre Polos de Desenvolvimento, realizado pela SUDENE, em 1966, em Recife, e o Congresso de Integração Nacional, realizado em Salvador, de forma articulada ao primeiro. O Seminário, coordenado pelo então Superintendente da SUDENE, Fernando Mota, tinha como objetivo a discussão da viabilidade de adoção, no Brasil, da polarização como ferramenta de planejamento e desenvolvimento regional. Contou com a presença de nomes como Mário Lacerda, Michel Rochefort e diversos órgãos estaduais de planejamento, que tomaram parte no evento com o intuito de mesurar a possibilidade de utilização das técnicas de polarização em suas realidades regionais (BOMFIM, 2007).

No Congresso de Integração Nacional foi elaborado um documento intitulado “Estudos Básicos para definição de polos de desenvolvimento no Brasil”, preparado por Rubens de Mattos Pereira, Fany R. Davidovich, Pedro Pinchas Geiger e Roberto Lobato Corrêa, geógrafos do Conselho Nacional de Geografia, ligado ao IBGE. Assim, esses eventos cumpriam o papel de divulgadores daquilo que se tinha produzido na academia – e na Geografia, em específico – a respeito do tema, bem como de promoção das metodologias a serem utilizadas na adoção da polarização no planejamento territorial. No território, isso era traduzido:

pela seleção de certas áreas cuja atividade motriz nem sempre seria a indústria, sendo grande o número de programas regionais estatais de polos agrícolas (...) cuja viabilidade foi frequentemente pensada (...) em termos de simples dotação de infraestrutura (transportes, comunicações e energia) e de meios de financiamento público; como se esses elementos, por si, garantissem a transferência de tecnologia, também percebida como fator determinante para a imaginada irradiação de desenvolvimento pelo território (BOMFIM, 2007, p 175).

É a partir desse enquadramento que, internamente à área da Amazônia Legal, são delineados os polos agrícolas e agrominerais que, ao invés da atividade industrial, teriam a agropecuária e a mineração como principais atividades econômicas de polarização. Desse modo, esses empreendimentos podem ser vistos como expressão de uma estratégia de adaptação local da teoria dos polos de desenvolvimento, uma vez que houve o abandono de algumas das premissas que envolviam a implementação de um polo. Portanto, a predileção pela atividade industrial e a necessidade de proximidade de uma logística de transporte vinculada a centro urbano já consolidado foram deixadas de lado para que essa política pudesse ser aplicada em áreas que eram consideradas naquele momento como pontos ainda não integrados totalmente à vida econômica e

política do país, e que, exatamente por isso, deveriam ser ocupados racionalmente tal como preconizava a política de Segurança Nacional.<sup>1</sup>

### **O território da soja e a expansão do câncer em Mato Grosso**

Na outra pesquisa finalizada no âmbito do projeto inicial, intitulada ... (AUTOR, 2016)...., o pesquisador ..... procurou avaliar qual é a relação existente entre a expansão continuada da agricultura e da pecuária praticada em larga escala, o processo de urbanização que acompanha essa expansão do agronegócio e a distribuição espacial de algumas doenças em Mato Grosso.

A hipótese geral assinalava uma provável correlação entre uma tendência de alta na incidência dos casos de alguns tipos de câncer, o aumento da área plantada pela agricultura de grande escala e o crescimento da produção agrícola no território mato-grossense, uma vez que a expansão da produção deve-se em muito à aplicação de grandes quantidades de fertilizantes e agrotóxicos, como acaricidas, fungicidas, inseticidas e herbicidas, como forma de correção da acidez dos solos, aumento de fertilidade dos mesmos e combate às pragas.

Como fonte quantitativa para a pesquisa lançou-se mão dos bancos de dados provenientes do Instituto DATASUS para os casos de cânceres do estômago, do fígado e do pâncreas. A escolha desses tipos específicos de cânceres se justificou na literatura consultada, uma vez que é nesses órgãos que acontece a síntese de líquidos e remédios ingeridos pelos seres humanos, podendo, dessa forma, acarretar alguma disfunção celular ou patologia cancerígena em caso de exposição a determinadas substâncias:

O câncer é causado por fatores externos e internos, estando ambos inter-relacionados. Os fatores externos se referem às exposições ambientais enquanto os internos são, na maioria das vezes, geneticamente determinados e estão relacionados à capacidade individual de se defender das agressões externas. Esses fatores causais podem interagir de várias formas, aumentando a probabilidade de transformações malignas nas células normais. (HATAGIMA e KOIFMAN, 2002, p. 3).

A partir da década de 1970, as políticas territoriais e os programas oficiais do governo brasileiro, cuja finalidade era justamente a ocupação produtiva do território pelo avanço da agricultura e pecuária no território de Mato Grosso, ao priorizar a constituição de grandes propriedades voltadas para a produção de *commodities* destinadas à comercialização no mercado

---

<sup>1</sup> A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), elaborada pela Escola Superior de Guerra, em 1949, foi um dos esteios das políticas de desenvolvimento e das ações de planejamento do Estado brasileiro no período de 1964 a 1985. A fundamentação teórica presente nas políticas empregadas pelo governo militar era desenvolvida em órgãos como Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Em ambos despontava a liderança do general Golbery do Couto e Silva. O IPES era responsável pelas coletas de dados e informações, enquanto o IBAD financiava políticos favoráveis à ditadura (ALVES, 1984; COSTA, 1992). Giannasi (2011) argumenta que, entre 1951 e 1952, as Forças Armadas, congregadas na Escola Superior de Guerra, articularam o que mais tarde seria o Conceito Estratégico Nacional, definido em 1953.

mundial, fomentou o uso indiscriminado de defensivos na formação dos pastos e manutenção das lavouras, tornando possível elaborar uma base cartográfica que demonstra a sobreposição das áreas com maior índice de incidência de cânceres com os municípios dedicados ao agronegócio.

Na verdade, a situação desencadeada pelo aumento no consumo de agrotóxicos impõe à população um risco maior. Nos meios rurais, pela possibilidade de intoxicações por exposição dos trabalhadores diretamente nas lavouras e seu entorno. Nas populações dos meios urbanos, por meio do consumo de alimentos com elevados índices de contaminação por agrotóxicos ou através da ingestão de água que apresenta contaminação. Para fundamentar esse enunciado, remete-se a pesquisas como as de Wanderlei A. Pignatti (2007), que verificou, em seus estudos epidemiológicos de enfoque ecológico: “que o processo de produção agro-industrial-florestal, conhecido como agronegócio, “induziu” situações de riscos que se externalizaram em eventos de riscos à saúde dos trabalhadores e da população do interior do estado” (PIGNATTI, 2007, p.11).

Outra situação reveladora quanto à utilização de agrotóxicos nas lavouras brasileiras são os subsídios econômicos destinados para a consolidação desse mercado. Os créditos para a compra desses produtos, fornecidos pelo Estado, tornaram-se uma das molas propulsoras da expansão das lavouras, que necessita desses insumos para manter um nível crescente de produtividade. O país, que figura entre os mais importantes produtores globais de *commodities* agrícolas, é o maior consumidor mundial de pesticidas (FARIA *et al*, 2007; INCA, 2014).

Com efeito, entre 1960 e 2000, a área cultivada no Brasil teve um aumento de 78%, enquanto o consumo de pesticidas cresceu em 700% (SPADOTTO, 2006). A propósito, o relatório com os indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS) apontou que os produtos considerados perigosos foram os mais representativos, respondendo por 64,1% dos itens comercializado entre 2009 e 2012 (IBGE, 2015). Essa afirmação é importante, pois destaca o grau de toxicidade dos defensivos utilizados nas lavouras brasileiras, oferecendo um panorama dos riscos a que parte da população das cidades do agronegócio está exposta.

Em seus boletins de saúde pública, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária divulga notas acerca do alto consumo de agrotóxicos no Brasil, ligando esse dado ao aumento nos casos de cânceres (ANVISA, 2009). Entre 2000 e 2012, a quantidade de agrotóxicos entregue ao consumidor final mais do que dobrou. Em 2002, a comercialização do produto era de 2,7 quilos por hectare, número que chegou a 6,9 kg/ha em 2012 (IBAMA, 2013).

Segundo dados do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG), a soja é a principal consumidora de defensivos no Brasil, sendo responsável, em 2009, por 47,1% do valor total das vendas. Em seqüência aparecem o milho (11,4%), a cana-de-açúcar (8,2%), o algodão herbáceo (7,4%), o café (3,8%) e os citros (3,0%). Essas seis culturas somaram 80,9% do valor



comercializado nesse ano. O SINDAG (2012) ainda aponta Mato Grosso como sendo o maior consumidor de defensivos agrícolas, com uma participação de 18,8% das vendas do produto comercial e de 18,9% em valor, o que equivaleu a US\$ 1,25 bilhão para o ano de 2009.

Para ilustrar a potencial relação do processo de expansão do agronegócio com a manifestação dos casos de cânceres do estômago, fígado e pâncreas, foi definida uma área de estudo com vinte e seis (26) municípios. O intervalo temporal, de 1995 a 2015, foi definido pela disponibilidade de dados contínuos na base do DATASUS. As localidades foram selecionadas a partir de uma caracterização de suas atividades econômicas principais, efetuada com base em indicadores econômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Produto Interno Bruto (PIB), o PIB Per Capta e a Renda Média Domiciliar. A coleta de dados sobre a incidência de internações nos casos de cânceres de estômago, fígado e do pâncreas por local de residência, foi efetuada com intuito de relacionar essas internações com as atividades econômicas principais desenvolvidas em cada um dos municípios selecionados.

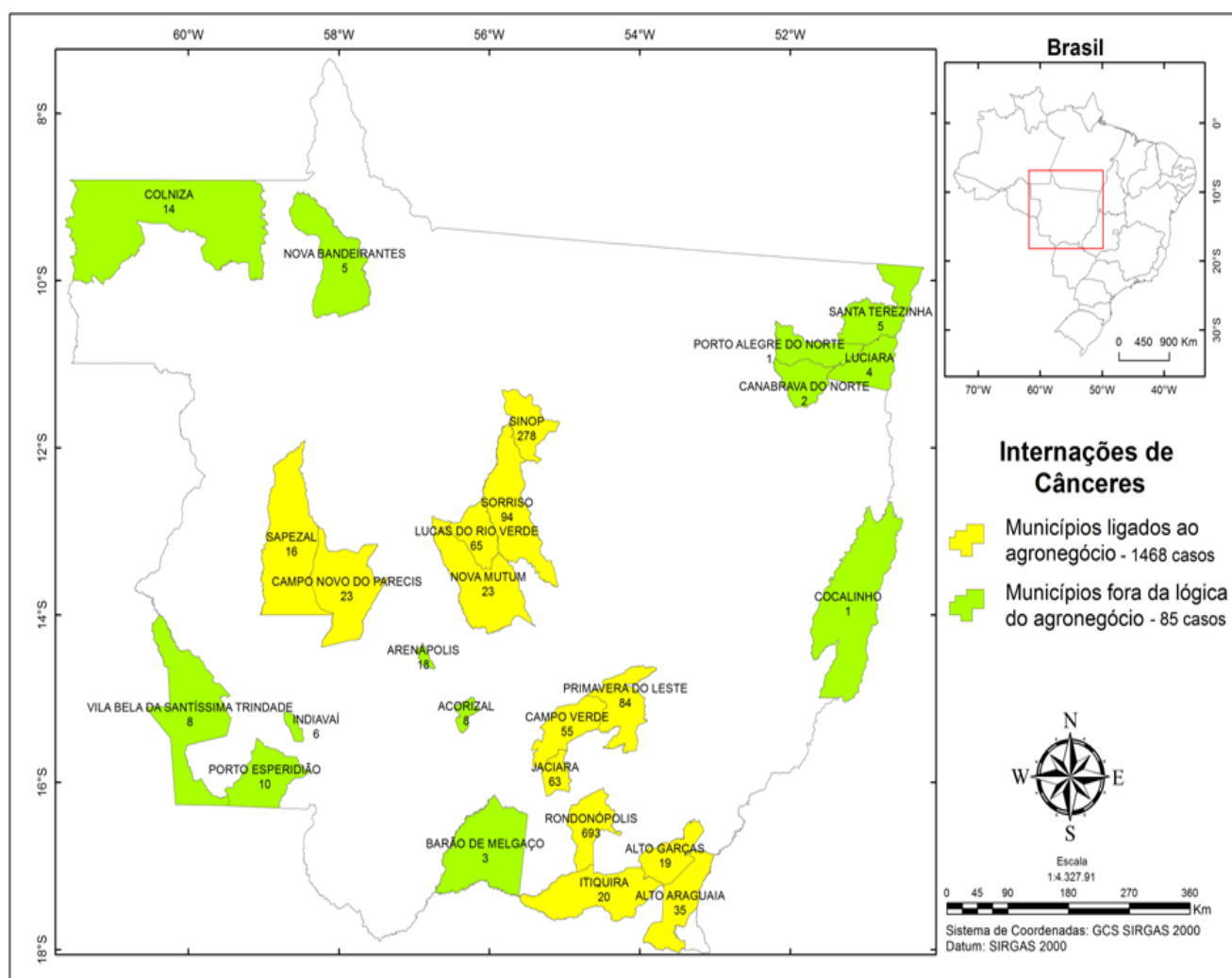
**TABELA 1 – INTERNAÇÕES DE CÂNCERES DE ESTOMÂGO/FÍGADO/PÂNCREAS POR LOCAL DE RESIDÊNCIA – MATO GROSSO (1995/2015)**

MUNICÍPIOS DENTRO DA LÓGICA DO AGRONEGÓCIO	NÚMERO DE CASOS DE INTERNAÇÕES	MUNICÍPIOS FORA DA LÓGICA DO AGRONEGÓCIO	NÚMERO DE CASOS DE INTERNAÇÕES
ALTO ARAGUAIA	35	ACORIZAL	8
ALTO GARÇAS	19	ARENAPÓLIS	18
CAMPO VERDE	55	BARÃO DE MELGAÇO	3
CAMPO NOVO DO PARECIS	23	CANA BRAVA DO NORTE	2
JACIARA	63	COCALINHO	1
ITIQUIRA	20	COLNIZA	14
LUCAS DO RIO VERDE	65	INDIAVAÍ	6
NOVA MUTUM	23	LUCIARA	4
PRIMAVERA DO LESTE	84	NOVA BANDEIRANTES	5
RONDONÓPOLIS	693	PORTO ALEGRE DO NORTE	1
SAPEZAL	16	PORTO ESPERIDIÃO	10
SINOP	278	SANTA TEREZINHA	5
SORRISO	94	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	8
<b>TOTAL DE CASOS</b>	<b>1468</b>	<b>TOTAL DE CASOS</b>	<b>85</b>

Nos dados colocados em perspectiva na tabela e detalhados no mapa, que localiza os 26 municípios escolhidos pela presença ou ausência do agronegócio, pode se perceber um alto índice de casos de câncer nos municípios produtores de *commodities* agrícolas, com um total de 1486 casos entre os cânceres de estômago, de fígado e pâncreas entre o período de 1995 e 2015. Ao

contrário, são somente 85 os casos de cânceres nos municípios cuja base da economia não é a agricultura mecanizada, o que evidencia a discrepância vislumbrada em hipótese.

O que observamos com os cruzamentos dos dados foi uma possível correlação entre o aumento de casos de alguns cânceres e as áreas onde a principal atividade econômica é a agricultura de exportação (PIGNATTI, 2007). A contaminação de alimentos como o leite também não pode ser desconsiderado, o que agravaria ainda mais a situação de risco a que fica exposta a população (BASTOS *et al* 2011). Por fim, levando em conta a topografia e o relevo, podemos deduzir que parte dos produtos químicos utilizados nas lavouras pode ter se acumulado nas águas superficiais, lençóis freáticos e leitos dos rios (GOMES e BARIZON, 2014).



**MAPA 2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS INTERNAÇÕES DE CÂNCERES ESTÔMAGO/FÍGADO/PÂNCREAS – MATO GROSSO (1995/2015)**

Sabemos que existem muitas diferenças entre os municípios abordados, principalmente em relação à estrutura demográfica. Para tentar relativizar essas diferenças, comparamos os dados mostrando a variação percentual da população em relação às patologias em cada um dos municípios

avaliados. Ou seja, para além do número de casos de cânceres para cada 1.000 habitantes, que já mostrava um desequilíbrio gritante entre os municípios, quisemos demonstrar que o aumento da população é relativamente menor que o percentual de aumento de casos de cânceres do estômago, fígado e do pâncreas.

Ao verificarmos os dados de municípios cujo agronegócio é a principal atividade econômica, vê-se que a variação percentual de casos de cânceres de estômago, fígado e pâncreas foi superior ao aumento populacional censo a censo. Em outras palavras, ainda que a população tenha aumentado nesses municípios, o aumento dessas patologias foi proporcionalmente maior. Já quando se analisa a variação percentual entre os casos de cânceres e os censos demográficos do outro grupo de municípios, o que se percebe é que houve um aumento populacional, mas não um aumento dos casos de cânceres elencados no estudo.

Ao fim e ao cabo, se além da questão do agronegócio forem levadas em consideração outras variáveis, como as diferenças na estrutura do relevo, dos climas e dos biomas, por exemplo, ainda assim pode-se afirmar que haverá uma correlação entre a presença do agronegócio como principal atividade econômica e a propensão de alta nos casos de certos tipos de cânceres (AUTOR, 2016). Do exposto, percebe-se que os estudos que associam o uso de agrotóxicos com efeitos nocivos para a saúde humana apontam, invariavelmente, que as consequências agudas da exposição continuada a essas substâncias podem aparecer até muito tempo após o fim do contato das pessoas com os agrotóxicos (PORTO e SOARES, 2012). Portanto, a possibilidade de efetivamente se relacionar a expansão das áreas dedicadas ao agronegócio com o aumento do uso de agrotóxicos pode ser efetiva não apenas com os cânceres, mas válida para um número ainda maior de patologias.

### **Considerações finais**

Finalizando, fica evidente que, a despeito das especificidades de cada trabalho, ambos trazem uma contribuição para a compreensão conjunta, em um exercício de geografia histórica, das esferas do político, do econômico e do cultural, focando o processo de formação territorial em Mato Grosso em articulação, de um lado, com os projetos políticos e os sujeitos envolvidos na elaboração das propostas de políticas territoriais do Estado brasileiro, e de outro, com as mudanças efetivas ocorridas na organização do território.

Considerando a formulação de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) a partir de 2003, é possível também explicitar de que maneira a retomada do planejamento voltado para o desenvolvimento regional trabalha com o legado dos antigos pólos de desenvolvimento. Em outras palavras, ao entender a conjuntura histórica específica na qual foram

articuladas as principais linhas de planejamento para a região, compreende-se também como a globalização se afirma atualmente nesse pedaço do território.

Comentando sobre a questão regional brasileira, Carlos Américo Pacheco (1998) aponta as dificuldades de definição de um conceito de região que seja adequado para a compreensão das mudanças ocorridas no Brasil após 1980, com a desconcentração relativa da estrutura produtiva da indústria que dá origem a uma economia nacional espacialmente fragmentada.

O processo de integração produtiva do mercado nacional e a desconcentração econômica das últimas décadas legaram uma configuração econômica ao país bastante distinta do que este possuía em 1970. O desenvolvimento da agricultura, da agroindústria e da indústria 'periférica' não apenas modificou a dimensão dos fluxos de comércio interregionais, mas transformou as estruturas produtivas das diversas regiões, resultando em uma significativa diferenciação econômica do espaço nacional, inclusive em termos intra-regionais. Esse processo foi intensificado na última década e meia, em razão do impacto diferenciado da crise econômica e do surgimento de 'ilhas' de prosperidade, dentro de um contexto de estagnação da economia nacional (PACHECO, 1998, pp. 229-230).

O processo de incorporação do território mato-grossense ao circuito global de reprodução ampliada do capital se deu a partir da expansão da agricultura e da pecuária, com destaque para a produção de grãos, principalmente soja e milho, e da industrialização da bovinocultura, suinocultura e da avicultura. De certa maneira, pode-se dizer então que o processo iniciado na década de 1970 tornar-se-ia, nos anos 2000, a realidade da globalização, expressa pela dominância do agronegócio e da urbanização, aqui entrelaçados umbilicalmente:

O planejamento estatal da ditadura militar na década de 1970, sobretudo através do Plano de Integração Nacional e do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) propiciou as condições de avanço dessa fronteira econômica em direção ao cerrado e à Amazônia no norte de Mato Grosso (...). Pensando a partir do presente, observamos que nesse mundo da fronteira produziu-se um espaço, fruto da agricultura modernizada, cuja prosperidade (ideologia do progresso) visa apagar a história e as contradições que a história carrega. Em nossa perspectiva, a história da produção desse espaço sem história (a urbanização que é produto da expansão da agricultura modernizada) revela as contradições presentes nessa produção espacial, que é a particularidade que dá sentido e conteúdo a esses lugares (...). É evidente a dominação política e econômica (e cultural) da grande propriedade da terra, seja no nível federal, estadual ou municipal. Em Mato Grosso percebe-se uma dominação política (os grandes proprietários são majoritariamente os representantes políticos), econômica (também dominam as atividades econômicas principais) e cultural (construção da opinião pública) da grande propriedade da terra, o que é necessário decifrar no relativo consenso social de que o agronegócio representa necessariamente a prosperidade e o progresso. (PÁDUA, 2014, p. 36).

As indústrias que receberam subsídios, infraestrutura e isenção de impostos para se instalar em Mato Grosso, normalmente apresentavam uma participação relevante de capital internacional em sua composição (VOLOCHKO, 2013). Esse fato reforça a ideia de que o planejamento regional desenvolvido em Mato Grosso direcionava certos lugares à globalização, até porque foi exatamente

esse o período em que as empresas multinacionais se lançaram ao mundo subdesenvolvido em busca de vantagens que possibilitasse a ampliação de seus negócios:

Essas transformações iniciadas na década de setenta e que, evidentemente não se restringiram ao estado de Mato Grosso, mas atingiram o país todo, surgiram de um conjunto de políticas, baseadas principalmente no crédito subsidiado para a agricultura, numa política de ciência e tecnologia agressiva (fundamentada nos princípios de modernização agrícola) e na política de colonização e ocupação do espaço regional (AZEVEDO, 1996, p 68).

O território de Mato Grosso, concebido como fronteira do capital, caracteriza-se agora por uma nova racionalidade econômica, pela constituição formal de novas mediações políticas e por sua vinculação à expansão dos mercados (MARTINS, 1975). A ocupação dessa fronteira deveu-se não apenas à rede viária criada e aos ambiciosos incentivos fiscais concedidos aos grandes grupos capitalistas, mas igualmente ao potencial de recursos naturais, com destaque para a topografia, com suas imensas áreas planas e contínuas, que contribuíram para a implantação de projetos agropecuários em larga escala e se constituíram em uma vantagem competitiva:

A terra barata na década de 1970 facilitou os investimentos, os incentivos concedidos pela SUDAM, as linhas especiais de crédito criadas pelo governo para estimular a ocupação dos grandes espaços vazios nas áreas de fronteira agrícola, atraíram os investidores, tudo isso favorecido por determinadas condições naturais, onde se destaca a imensa luminosidade e a topografia (BERNARDES, 2008, p 331).

Assim, verifica-se que a expansão acelerada dos espaços ocupados pelas atividades agropecuárias correu em paralelo com a acelerada modernização do setor agrícola (BERNARDES, 2005). Em sincronia com as orientações normatizadas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento, foram desenvolvidos vários projetos oficiais de colonização incentivando a participação privada por meio das cooperativas agropecuárias, ação complementar aos programas oficiais de colonização:

Nesse cenário, a partir do final do decênio de setenta, acompanhando a tendência do agro nacional, o contínuo avanço do capital industrial no ambiente agropecuário implicou acentuada transformação e diferenciação das características básicas do agro mato-grossense. Além do surgimento de número elevado de latifúndios capitalizados, grande parte dos estabelecimentos então existentes se transformou em modernas empresas capitalistas, diferenciando-se cada vez mais dos antigos latifúndios tradicionais. Essas empresas produzem bens dotados de alto valor comercial, como a soja, o algodão, o arroz e outros produtos de origem agropecuária (PEREIRA, 2007, p.50).

Com efeito, o avanço da modernização do Brasil nas décadas finais do século XX foi impulsionado pela dinamização permanente das fronteiras na reestruturação da atividade agropecuária, pela diversificação especializada do parque industrial do país e pelo avanço da urbanização, com o surgimento de uma nova hierarquia urbana (ELIAS, 2013). A articulação entre esses processos acentua a consolidação de uma renovada configuração territorial no país, originada

exatamente por meio da reorganização dos fixos e fluxos catalisada pelo mercado interno agora unificado (SANTOS,1988).

Em específico, o entendimento de que a produção do espaço do agronegócio contou com a mediação direta do Estado traz novas possibilidades para a análise da situação de Mato Grosso nesse início de século, uma vez que foi exatamente sob a égide dos programas e projetos desenvolvidos em órgãos dos governos central, estadual e municipais que se estruturou o maciço fluxo migratório que alimentou os empreendimentos públicos e privados de colonização.

No caso das pesquisas aqui referidas, tem-se que as áreas de movimentação fronteiras do estado, que comandam a expansão do agronegócio, recebendo os principais fluxos de pessoas e capitais, são exatamente aquelas em que se pode apontar com maior segurança a relação entre a urbanização e a incidência de cânceres. Assim, a consecução das metas previstas no II PND, cujos investimentos só se realizaram na década 1990, colocou uma imensa área do norte de Mato Grosso sob o comando do capital, fornecendo aos grandes grupos econômicos o acesso às terras na Amazônia e expondo parte considerável da crescente população das novas cidades nascidas na fronteira a condições insalubres de vida (AUGUSTO, CARNEIRO e PIGNATTI, 2012).

## Referências

ABREU, Silvana. **Planejamento Governamental: A SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, Propósitos e Contradições.** São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia), USP, 2001.

ALVES, M.H. Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento:** a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina. São Paulo: Grijalbo, 1977.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Reavaliação de Agrotóxicos: 10 Anos de Proteção à População.** Disponível em <http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2009/020409.html>. 2009. Acesso em 06.06.2017.

AUGUSTO, L.G.S; CARNEIRO, F.F.; PIGNATTI, W. et al. **Dossiê ABRASCO: Um Alerta Sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde.** Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

AZEVEDO, R. A. B, de. **Alterações Espaço-Temporais da Agropecuária de Mato Grosso e Seus Reflexos na Regionalização do Uso da Terra no Período 1970-1985.** Dissertação Mestrado. Cuiabá. UFMT, 1996.

BASTOS *et al.* Possíveis fontes de contaminação do alimento leite, por agrotóxicos, e estudos de monitoramento de seus resíduos: uma revisão nacional. In: **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 19 (1): 51-60, 2011.

BECKER, B. K. **Amazônia.** São Paulo: Ed. Atica. 1990.

\_\_\_\_\_. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? In: **Parcerias Estratégicas**, n. 12, Belém: UFPA, Setembro 2001.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERNARDES, J. A. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, J. A. e FREIRE FILHO, O. L. (org.) **Geografias da soja: BR-163 – Fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

\_\_\_\_\_. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, I. E. , GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (org.) **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BESSA, V. C. **Território e Desenvolvimento: as Ideologias Geográficas no Governo J.K. (1956-1960)**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Geografia), USP, 1995.

BOMFIM, P.R.A. **A Ostentação Estatística (um projeto geopolítico para o território nacional): Estado e planejamento no período pós-64**. São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia), USP, 2007

CARLI, M. A. F. **A Colônia Agrícola de Dourados: Povoamento e Colonização (1946-1963)**. XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

COSTA, W. M. 1992, **Geografia Política e Geopolítica – Discursos sobre Território e Poder**, São Paulo: EDUSP: Hucitec.

COSTA, W. M. e MORAES, A. C. R. **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1986.

DINIZ FILHO, L. L. **Território Nacional: Ideologias Geográficas e Políticas Territoriais no Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Geografia), USP, 1994.

EGLER, C. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E. ; GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ELIAS, D. Globalização, Agricultura e Urbanização no Brasil. In: **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p.13-32, 2013.

FARIA, N. FASSA, A.C.; FACCHINI, L. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2007.

AUTOR, 2016.

GOMES, M.A.F. e BARIZON, R.R. M. **Panorama da contaminação ambiental por agrotóxicos e nitrato de origem agrícola no Brasil: cenário 1992/2011**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2014.

- GIANNASI, C. A. **Doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico” (1969/1972)**. Tese de Doutorado. USP. Dep. História, 2011.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna: uma Pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Ed. Loyola, 1989
- \_\_\_\_\_. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HIGA, T. C. S. e MORENO, G. **Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade Ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- HOLANDA, S. B. **Monções**. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- HUERTAS, D. M. O papel dos transportes na expansão recente da fronteira agrícola brasileira. In: **Revista Transporte y Territorio**, v. 3, p. 145-171, 2010.
- \_\_\_\_\_. Fluidez territorial em áreas de expansão da fronteira agrícola no período da globalização. In: **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 33, p. 60-75, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Boletim de comercialização de agrotóxicos e afins**. Histórico de vendas (2000-2012). Ministério do Meio Ambiente. Brasília: IBAMA/MMA, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **Incidência de câncer no Brasil – Estimativa/2014**. Ministério da Saúde. Brasília: INCA, 2014.
- KOIFMAN, S. e HATAGIMA, A. Exposição aos agrotóxicos e câncer ambiental. In: PERES, F., e MOREIRA, JC. (orgs). **É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 75-99.
- LENHARO, A. **Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização**. Cuiabá: UFMT, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste**. Campinas: Unicamp, 1986.
- LIMA, A.C.C. e SIMÕES, R.F. **Teorias do Desenvolvimento Regional e Suas Implicações de Políticas Econômica no Pós-Guerra: O caso Brasil**. Belo Horizonte. UFMG/Cedeplar, 2009.
- LIMA, N. T. **Um Sertão chamado Brasil** – Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia. In: BECKER, B. *et al.* (org.). **Geografia e meio-ambiente no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2002
- MACIEL, L. A. **A nação por um fio – caminhos, imagens e práticas da Comissão Rondon**. São Paulo: Educ/FAPESP, 1998.



MARGARIT, E. O Processo de Ocupação do Espaço ao Longo da BR-163: Uma Leitura a Parir do Planejamento Regional Estratégico da Amazônia Durante o Governo Militar. **Geografia em Questão**, v. 06, n° 01, 2013.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo**: Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil, São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Fronteira**: A Degradação do Outro nos Confins do Humano, São Paulo: Hucitec, 1997.

MONBEIG, P. **Pionniers et Planteurs de São Paulo**, Paris: Armand Colin, 1952.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. **Geografia do Brasil** – Capitalismo, Território e Periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

NASCIMENTO, F. A. S. **Aceleração temporal na fronteira: estudo do caso de Rondonópolis, MT**. São Paulo. Tese (Doutorado): DH/FFLCH/USP, 1997.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não Entregar**: Políticas Públicas e Amazônia. Campinas, São Paulo, Papirus, 1988.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

PÁDUA, R.F. Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso. In: **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá, v. 17, n. 1, p. 33-63, jan/jun 2014.

PEREIRA, B. D. **Mato Grosso**. Principais eixos viários e modernização da agricultura. Cuiabá: EDUFMT/FAPEMAT, 2007.

AUTOR, 2016.

PIGNATTI, W. A. **Os Riscos, Agravos e Vigilância em Saúde no Espaço de Desenvolvimento do Agronegócio no Mato Grosso**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado): Fiocruz, 2007.

PORTO, M. F. e SOARES, W.L. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. In: **Rev. bras. saúde ocup.** vol.37 no.125 São Paulo Jan./June 2012.

QUEIROZ, P. R. C. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço. Técnica. Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: EdUSP, 2003.

SILVA, G. C. S. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. In: **Confins** [on line], 23, 2015. Acesso em: 16/08/2017.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA AGRÍCOLA - SINDAG. **Dados básicos**. São Paulo: SINDAG, 2012.

SMITH, N. **Uneven Development** – Nature, Capital, and the production of Space. Athens/ London: The University of Georgia Press, 2008.

SPADOTTO, C. A. **Avaliação de riscos ambientais de agrotóxicos em condições brasileiras. Documentos 58**. EMBRAPA:CNPMA, Jaguariúna, 2006.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1979.

VOLOCHKO, D. Da Extensão do Campo à Centralização do Urbano: elementos para debate da produção do espaço em Mato Grosso. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá, n°16. p.18-38, jan/jun 2013.